

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

TERMO: DECISÃO

FEITO: INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO E CONTRARRAZÕES

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 000045/2025 – PMBEX / PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00130/2025 –PMBEX

RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: DIA 24 DE OUTUBRO DE 2025, ÀS 10H00MIN

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS CONSIGNADO EM ATA, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E LANCHES DIVERSOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX-PB, TENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE URBANA DE BAYEUX COMO ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

RECORRENTE: 41.710.423 MARIA CLEIDE CASSIANO DE SOUZA, CNPJ: 41.710.423/0001-82

RECORRIDO: ATIVA COMÉRCIO VAREJISTA LTDA, CNPJ: 16.630.794/0001-07

I – DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso administrativo foi interposto tempestivamente, em 31/10/2025, ou seja, foi protocolado em até três dias úteis após a declaração de vencedor e manifestação de intenção de Recurso, conforme regramento legal.

Desta forma, verifica-se atendido o requisito tempestividade.

II – DAS FORMALIDADES

Aferida a legitimidade e cumpridas às formalidades legais, registra-se que todos os licitantes foram cientificados da interposição e trânsito do recurso administrativo em epígrafe através de publicação no Portal de Compras Públicas de Bayeux e Portal da Transparência, conforme comprovam os documentos acostados aos autos do Processo Administrativo destinado a presente licitação.

A empresa Recorrida, ATIVA COMÉRCIO VAREJISTA LTDA, CNPJ: 16.630.794/0001-07 apresentou tempestivamente em 05/11/2025 as Contrarrazões ao Recurso interposto, o qual consta nos autos.

III – RELATÓRIO

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Trata-se do Processo Administrativo nº 00130/2025 –PMBEX na modalidade Pregão Eletrônico nº 00045/2025 - PMBEX, cujo objeto é o “REGISTRO DE PREÇOS CONSIGNADO EM ATA, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E LANCHES DIVERSOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX-PB, TENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE URBANA DE BAYEUX COMO ÓRGÃOS PARTICIPANTES”.

A sessão de abertura e disputa do certame iniciou-se no dia 24 de outubro de 2025, às 10h00min, onde durante a sessão pública, após a fase de disputa de lances, negociação direta e julgamento da proposta e habilitação das empresas arrematantes, as empresas 41.710.423 MARIA CLEIDE CASSIANO DE SOUZA, CNPJ: 41.710.423/0001-82; ATIVA COMÉRCIO VAREJISTA LTDA, CNPJ: 16.630.794/0001-07; PANDEL PRIME PANIFICADORA LTDA, CNPJ: 23.760.920/0001-03 e T K DOS SANTOS BEZERRA COMÉRCIO E SERVIÇOS, CNPJ: 23.525.290/0001-92 foram declaradas vencedoras no presente certame.

Ato contínuo, fora aberto o prazo para manifestação de interposição de Recurso, nos termos do subitem 15.2 do Edital, oportunidade em que a empresa ATIVA COMÉRCIO VAREJISTA LTDA, CNPJ: 16.630.794/0001-07 e a empresa 41.710.423 MARIA CLEIDE CASSIANO DE SOUZA, CNPJ: 41.710.423/0001-82 manifestaram tempestivamente intenção de recurso, tendo apresentado também tempestivamente suas peças recursais.

Deste modo, procedeu-se à cientificação através de publicação no Portal de Compras Públicas de Bayeux e Portal da Transparência de todos os interessados, acerca dos recursos interpostos, abrindo-se o prazo para apresentação de Contrarrazões.

A empresa recorrida ATIVA COMÉRCIO VAREJISTA LTDA, CNPJ: 16.630.794/0001-07 apresentou suas Contrarrazões tempestivamente em 05/11/2025.

É o breve relatório.

IV – DAS RAZÕES RECURSAIS

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

A empresa Maria Cleide Cassiano de Souza interpôs recurso contra a habilitação da empresa Ativa Comércio Varejista EIRELI no Pregão Eletrônico SRP nº 00045/2025 – PMBEX – SMS – SEMOB.

A recorrente sustenta que a empresa habilitada não possui CNAE compatível com o objeto licitado, em descumprimento ao item 13.4.2 do edital. Afirma que não foram apresentados atestados ou documentos que comprovem experiência prévia no fornecimento de produtos de panificação e lanches diversos, já que os documentos juntados tratam apenas de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros, sem similaridade técnica com o objeto.

Alega ainda a existência de irregularidades na documentação fiscal e profissional, destacando que a Certidão de Habilitação Profissional do CRC/PE estaria vencida desde 07/07/2024 e que as certidões do FGTS e Municipal também se encontravam vencidas na data da análise.

Sustenta que a ausência de comprovação da qualificação técnico-operacional exigida no edital e a falta de documentação válida tornam a habilitação da empresa Ativa irregular, violando os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

Ao final, requer a inabilitação da empresa habilitada e o prosseguimento do certame com sua exclusão.

V – DAS CONTRARRAZÕES

A empresa ATIVA Comércio Varejista Ltda apresentou contrarrazões administrativas solicitando o não provimento do recurso e a manutenção de sua habilitação, sob o argumento de que as alegações da recorrente não possuem fundamento legal, fático ou jurisprudencial.

Em relação à suposta incompatibilidade do CNAE, a ATIVA defende que a Classificação Nacional de Atividades Econômicas possui natureza meramente tributária e estatística, não servindo como critério restritivo ou limitador da capacidade de participação em licitações. Fundamenta-se na jurisprudência consolidada do TCU, a qual entende que a aptidão deve ser comprovada pelos atestados de capacidade técnica, e não pelo código CNAE.

No que tange às certidões alegadamente vencidas, a recorrida sustenta que, mesmo que houvesse alguma irregularidade fiscal, sua condição de Microempresa (ME), amparada pela Lei Complementar nº 123/2006 (Artigos 42 e 43), garante-lhe o direito ao tratamento diferenciado.

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Este tratamento prevê um prazo legal e improrrogável de até cinco dias úteis para a regularização da documentação, o que impede sua inabilitação imediata pela Pregoeira.

Quanto à capacidade técnica, a ATIVA argumenta que os atestados apresentados são compatíveis com o objeto licitado ("produtos de panificação e lanches"), uma vez que comprovam o fornecimento regular de gêneros alimentícios que incluem itens como pães, queijos e biscoitos, demonstrando similaridade de natureza e complexidade. Reforça que a exigência da legislação é de similaridade, e não de identidade absoluta entre o objeto do atestado e o objeto da licitação.

Por fim, a empresa conclui que a decisão inicial da Pregoeira deve ser mantida com base no Princípio do Formalismo Moderado, evitando que falhas meramente formais e sanáveis sejam usadas para prejudicar a competitividade do certame e contrariar o interesse público de obter a proposta mais vantajosa para a administração.

Pois bem, segue-se a análise do mérito.

VI – DO MÉRITO

A presente análise de mérito visa dirimir os pontos de impugnação levantados pela Recorrente, contra a habilitação da empresa ATIVA COMÉRCIO VAREJISTA LTDA, à luz das contrarrazões apresentadas e da legislação aplicável ao Pregão Eletrônico SRP nº 00045/2025.

Inicialmente, sobre a alegação de incompatibilidade do CNAE, o entendimento dominante do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) é uníssono no sentido de que o CNAE possui finalidade meramente fiscal e estatística, não devendo ser utilizado como critério impeditivo ou restritivo de participação em licitações. A aptidão da empresa é legalmente comprovada pelo Atestado de Capacidade Técnica, e não pela identidade absoluta de seu código de atividade.

O Acórdão nº 444/2021 – Plenário reforçou esse entendimento ao considerar ilegal a desclassificação de uma empresa por divergência de CNAE em um pregão para recuperação de estradas vicinais – o TCU ressaltou que o essencial era a comprovação da experiência da empresa em atividades análogas, tratando a exigência rígida de CNAE como indevida por comprometer a seleção da proposta mais vantajosa

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

No tocante à suposta apresentação de certidões vencidas ou com irregularidade fiscal, a alegação igualmente se mostra improcedente para fins de inabilitação imediata. Conforme defendido nas contrarrazões, a ATIVA COMÉRCIO VAREJISTA LTDA se enquadra como Microempresa (ME), gozando do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006. Tal dispositivo legal assegura às ME/EPPs o direito de serem convocadas para regularizar sua documentação fiscal, caso apresentem alguma restrição, dentro de um prazo legal de até 5 (cinco) dias úteis. A inabilitação de plano, sem a concessão deste prazo para saneamento da falha, violaria a legislação vigente, motivo pelo qual a documentação fiscal, se fosse o caso, seria sanável.

Ressalta-se que em sede de contrarrazões a empresa ATIVA COMÉRCIO VAREJISTA LTDA apresentou as certidões fiscais vigentes.

Por fim, no que concerne à capacidade técnica e à incompatibilidade dos atestados apresentados, a lei exige que a comprovação técnico-operacional demonstre aptidão para atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, e não a comprovação de fornecimento idêntico. Os atestados da Recorrida comprovam o fornecimento de "gêneros alimentícios" que incluem itens similares e componentes de panificação e lanches, demonstrando a complexidade e logística requerida para o cumprimento do objeto. Exigir um atestado absolutamente idêntico seria um formalismo excessivo e restritivo à competitividade.

Diante do exposto, e com base no princípio do formalismo moderado, que orienta o saneamento de falhas e o aproveitamento de atos válidos para a seleção da proposta mais vantajosa, esta Pregoeira decide pelo INDEFERIMENTO do Recurso Administrativo interposto pela empresa 41.710.423 MARIA CLEIDE CASSIANO DE SOUZA, CNPJ: 41.710.423/0001-82. Mantém-se, assim, a decisão de HABILITAÇÃO da empresa ATIVA COMÉRCIO VAREJISTA LTDA, por ter comprovado os requisitos exigidos pelo Edital e pela legislação.

Assim, não há fundamento jurídico ou factual que autorize a reforma da decisão de habilitação.

VII – DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Pregoeira conhece o presente Recurso Administrativo com Contrarrazões por ser tempestivo, e quanto ao mérito, julga **IMPROCEDENTE IN TOTUM**, pelas razões acima esposadas.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Este é o Parecer.

Remeta-se à consideração da Autoridade Superior.

Após, notifique-se os interessados e publique-se o resultado.

Bayeux-PB, 10 de Novembro de 2025.



ALICE SOARES DA SILVA
Pregoeira Oficial - PMBEX

CPL - Comissão
Permanente de Licitação
BAYEUX
GOVERNO MUNICIPAL

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
CHEFIA DE GABINETE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E SEGURANÇA ALIMENTAR**

**DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR SOBRE
RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Processo Administrativo Nº 00130/2025 –PMBEX

Modalidade: Pregão Eletrônico SRP Nº 000045/2025

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de produtos de panificação e lanches diversos para atender a Prefeitura Municipal de Bayeux-PB, com a Secretaria Municipal de Saúde e a Superintendência de Mobilidade Urbana como órgãos participantes.

I. Relatório e Análise

Conforme os autos do Processo Administrativo em epígrafe, a Pregoeira Oficial analisou e julgou os dois Recursos Administrativos interpostos tempestivamente após a sessão de abertura e disputa ocorrida em 24 de outubro de 2025.

O primeiro recurso foi interposto pela empresa 41.710.423 Maria Cleide Cassiano de Souza contra a habilitação da empresa ATIVA COMÉRCIO VAREJISTA LTDA. A Recorrente alegou incompatibilidade do CNAE da Ativa com o objeto licitado, ausência de atestados que comprovassem experiência prévia em panificação/lanches, e irregularidades na documentação fiscal e profissional, como certidões vencidas. A Pregoeira, em sua decisão, considerou o recurso IMPROCEDENTE, mantendo a habilitação da Ativa.

O segundo recurso foi apresentado pela empresa ATIVA COMÉRCIO VAREJISTA LTDA contra a habilitação da empresa 41.710.423 Maria Cleide Cassiano de Souza – MEI. A Recorrente alegou irregularidade na habilitação da MEI, sustentando a ausência de balanço patrimonial e demonstrações contábeis (exigidos pelo edital) e a suposta incapacidade econômico-financeira do MEI para suportar um contrato de grande vulto (proposta vencedora ultrapassando R\$ 1,8 milhão, incompatível com o limite de faturamento anual do MEI). A Pregoeira, em seu parecer, também julgou este recurso IMPROCEDENTE, mantendo a habilitação da Maria Cleide Cassiano de Souza – MEI.

II. Fundamentação da Decisão da Autoridade Superior

Após a análise detida do Julgamento da Pregoeira, esta Autoridade Superior CONCORDA INTEGRALMENTE com a decisão de IMPROCEDÊNCIA *IN TOTUM* de ambos os recursos administrativos, pelas razões abaixo aduzidas, em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e a Lei Complementar nº 123/2006.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
CHEFIA DE GABINETE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

A. Do Recurso da 41.710.423 Maria Cleide Cassiano de Souza (Recorrido: Ativa Comércio Varejista Ltda)

A decisão da Pregoeira de indeferir o recurso e manter a habilitação da empresa ATIVA COMÉRCIO VAREJISTA LTDA está correta. A alegação de incompatibilidade de CNAE não prospera, visto que o entendimento dominante do TCU e da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) é uníssono no sentido de que o CNAE possui finalidade meramente fiscal e estatística, não devendo ser utilizado como critério impeditivo ou restritivo de participação. A aptidão é legalmente comprovada pelo Atestado de Capacidade Técnica. No que tange à capacidade técnica, os atestados apresentados pela Recorrida, que comprovam o fornecimento de "gêneros alimentícios" que incluem itens similares e componentes de panificação e lanches, demonstram a similaridade exigida por lei, e não a identidade absoluta, afastando o formalismo excessivo. Por fim, sobre as certidões supostamente vencidas, a Recorrida, por se enquadrar como Microempresa (ME), goza do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, o qual assegura o direito de ser convocada para regularizar sua documentação fiscal, caso apresente alguma restrição, dentro de um prazo legal de até cinco dias úteis. A inabilitação de plano, sem a concessão deste prazo, violaria a legislação vigente.

B. Do Recurso da Ativa Comércio Varejista Ltda (Recorrido: 41.710.423 Maria Cleide Cassiano de Souza – MEI)

A decisão da Pregoeira de julgar o recurso IMPROCEDENTE e manter a habilitação da empresa 41.710.423 Maria Cleide Cassiano de Souza – MEI é irretocável. A Recorrente alega que o MEI deveria apresentar balanço patrimonial e índices financeiros, contudo, o próprio edital do Pregão Eletrônico SRP nº 00045/2025 dispensa expressamente o MEI da apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis (item 13.4.3.1), reproduzindo o tratamento diferenciado previsto na LC nº 123/2006. Exigir o documento viola o Princípio da Vinculação ao Edital. Também não procede a alegação de incapacidade financeira pelo fato de o valor total estimado do certame ultrapassar o limite anual de faturamento do MEI. O valor global da licitação não equivale ao faturamento efetivo da empresa, pois a receita se materializa gradualmente, ao longo da execução contratual, e não de forma imediata. A jurisprudência e a doutrina afirmam que eventual desenquadramento do MEI por excesso de faturamento é um evento futuro e incerto, que não invalida a habilitação. A tentativa de restringir a participação da MEI com base apenas em sua natureza jurídica contraria a legislação federal, a jurisprudência consolidada e o próprio edital, além de afrontar o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

III. Decisão e Providências


DECIDO:

1. **CONHECER** os Recursos Administrativos interpostos, por serem tempestivos.

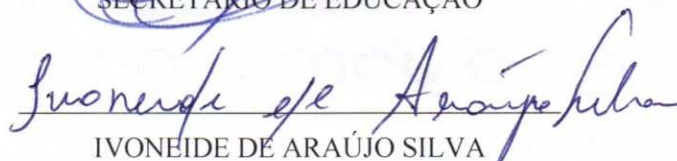
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
CHEFIA DE GABINETE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

2. **NEGAR PROVIMENTO** a ambos os Recursos Administrativos (Recurso 41.710.423 MARIA CLEIDE CASSIANO DE SOUZA e Recurso ATIVA COMÉRCIO VAREJISTA LTDA), julgando-os **IMPROCEDENTES IN TOTUM**.
3. **MANTER** na íntegra a Decisão da Pregoeira Oficial e, consequentemente, a **HABILITAÇÃO** das empresas vencedoras no certame.
4. **DETERMINAR** o prosseguimento do feito, com a notificação dos interessados e a publicação do resultado do Pregão Eletrônico SRP Nº 000045/2025.

Bayeux-PB, 24 de novembro de 2025.


RENATA DUARTE RIBEIRO MARTINS
CHEFIA DE GABINETE


TIAGO BERNARDINO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO


IVONEIDE DE ARAÚJO SILVA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR